

RENATA SARAIVA  
ALINE OSORIO  
ESTÊVÃO GOMES  
RAFAEL GAIA EDAIS PEPE

Coordenadores

Ministro  
**LUÍS ROBERTO BARROSO**  
5 ANOS DE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

HOMENAGEM DE SEUS ASSESSORES

Prefácio

CARLOS AYRES BRITTO



RENATA SARAIVA  
ALINE OSORIO  
ESTÊVÃO GOMES  
RAFAEL GAIA EDAIS PEPE

*Coordenadores*

**MINISTRO  
LUÍS ROBERTO BARROSO**

5 ANOS DE SUPREMO TRIBUNAL  
FEDERAL

*Homenagem de seus assessores*

*Prefácio*

Carlos Ayres Britto

**Área específica**

DIREITO PÚBLICO

**Áreas afins**

DIREITO CONSTITUCIONAL

**Público-alvo/consumidores**

MAGISTRADOS, ADVOGADOS,  
MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E  
DEFENSORES PÚBLICOS

Cinco anos já se passaram desde a posse de Luís Roberto Barroso como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Desde então, o homenageado tem buscado, incansavelmente – porém sempre com leveza –, a defesa do princípio republicano, dos valores éticos e dos direitos fundamentais.

Esta obra, fruto da sua atuação no Supremo, é dividida em três partes. Na primeira, estão comentários sobre os votos proferidos pelo Ministro Luís Roberto Barroso nos casos considerados mais emblemáticos. Na segunda parte, os autores apresentam um apanhado geral sobre a constitucionalização dos diversos ramos do Direito, sob os olhos do homenageado. Por fim, a terceira parte oferece uma visão sobre como as ideias de Luís Roberto Barroso promoveram e têm promovido uma verdadeira revolução institucional no Supremo Tribunal Federal.

**FORMATO:** 17,0 X 24,0 cm  
**CÓDIGO:** 10001437

M665	Ministro Luís Roberto Barroso: 5 anos de Supremo Tribunal Federal: homenagem de seus assessores / Renata Saraiva ... [et al.]. - Belo Horizonte : Fórum, 2018.
2018-537	465 p. ; 17cm x 24cm. ISBN: 978-85-450-0525-4
	1. Direito. 2. Supremo Tribunal Federal - STF. 3. Ministro Luís Roberto Barroso. I. Saraiva, Renata. II. Osorio, Aline. III. Gomes, Estêvão. IV. Pepe, Rafael Gaia Edais. V. Título.
	CDD 342 CDU 342

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SARAIVA, Renata et al. *Ministro Luís Roberto Barroso: 5 anos de Supremo Tribunal Federal: homenagem de seus assessores*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 465 p. ISBN 978-85-450-0525-4.

### **Renata Saraiva**

Chefe de Gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal. Ex-advogada do Escritório Luís Roberto Barroso & Associados (2013).

### **Aline Osorio**

Mestra (LL.M.) em Direito pela Harvard Law School (2018). Mestra em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2015). Professora de Direito Constitucional e Eleitoral do Centro Universitário do Brasília. Ex-assessora do Ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal.

### **Estêvão Gomes**

Mestre em Direito (LL.M.) pela Harvard Law School. Mestre em Direito Público pela UERJ. Advogado do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ex-assessor do Ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal.

### **Rafael Gaia Edais Pepe**

*Master of Laws (LL.M.)* pela Columbia Law School (EUA). Mestrando em Direito Processual na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Ex-assessor do Ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal.

# SUMÁRIO

## PARTE I

### CASOS EMBLEMÁTICOS

#### CAPÍTULO 1

##### EXECUÇÃO PENAL E IGUALDADE: ANÁLISE DO AGREG NO TRABALHO EXTERNO NA EXECUÇÃO PENAL Nº 2/DF, REL. MIN. LUÍS ROBERTO BARROSO

CAROLINA ABREU .....	27
1.1 Introdução .....	27
1.2 Dos antecedentes do julgamento do AgREG no Trabalho Externo na Execução Penal nº 2/DF, Rel. Min. Luís Roberto Barroso.....	29
1.3 A definição da tese jurídica.....	31
1.4 Execução penal e a opção pela igualdade.....	34
Referências.....	35

#### CAPÍTULO 2

##### IMPEACHMENT E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: O JULGAMENTO DA ADPF Nº 378

ALINE OSORIO .....	37
2.1 Introdução .....	37
2.2 <i>Impeachment</i> e design institucional.....	39
2.3 Possibilidades e limites do controle judicial do processo de <i>impeachment</i> .....	45
2.3.1 Controle jurisdicional processual do <i>impeachment</i> .....	46
2.3.2 Controle jurisdicional material do <i>impeachment</i> .....	48
2.4 O julgamento da ADPF nº 378 pelo Supremo Tribunal Federal.....	52
2.4.1 O objeto da ADPF nº 378: controle procedimental do rito do <i>impeachment</i> .....	52
2.4.2 Uma análise crítica do julgamento da ADPF nº 378.....	54
a) O debate quanto ao direito à apresentação de defesa prévia.....	56
b) O debate quanto às candidaturas avulsas para a formação da comissão especial .....	57
c) O debate quanto ao voto aberto para a formação da comissão especial.....	59
d) O debate quanto aos papéis da Câmara e do Senado no processo de <i>impeachment</i> .....	62
2.5 Conclusão .....	67
Referências.....	68

#### CAPÍTULO 3

##### AS DOAÇÕES DE PESSOAS JURÍDICAS A CAMPANHAS ELEITORAIS E PARTIDOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE PRAGMATISTA DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

LEONARDO CUNHA .....	71
3.1 Nota prévia.....	71
3.2 Introdução .....	72
3.3 A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650 .....	73
3.4 Premissas teóricas: uma breve exposição sobre o pragmatismo jurídico .....	76
3.5 Monitoramento das consequências.....	77
3.5.1 Reações legislativas .....	78
3.5.2 Eleições de 2016 .....	80
3.6 Conclusões.....	81
Referências.....	82

#### CAPÍTULO 4

##### IDAS E VINDAS DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA: COMENTÁRIOS AO VOTO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NA ADI Nº 5.081

ESTÊVÃO GOMES .....	85
4.1 Introdução e palavras ao homenageado .....	85
4.2 Idas e vindas da fidelidade partidária: a ADI nº 5.081.....	86
4.3 O voto do Ministro Luís Roberto Barroso e as contribuições trazidas pelos demais Ministros .....	89
4.4 Comentários ao voto .....	94
4.5 Conclusão .....	97
Referências.....	97

## CAPÍTULO 5

### FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO CRIMINAL CONTEMPORÂNEA: A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 937

ADRIANA CRUZ .....	99
5.1 Introdução .....	99
5.2 O foro por prerrogativa de função .....	103
5.3 A Questão de Ordem na Ação Penal nº 937 .....	106
5.3.1 O caso .....	106
5.3.2 Da orientação jurídica preconizada no voto .....	107
5.4 O foro por prerrogativa de função e sua relação com a questão criminal contemporânea .....	109
5.5 Conclusão .....	112
Referências .....	113

## CAPÍTULO 6

### DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: UMA ANÁLISE DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A PARTIR DO JULGAMENTO DO HC Nº 124.306

CRISTINA TELLES .....	115
6.1 Introdução .....	115
6.2 O julgamento do HC nº 124.306 .....	118
6.3 Os dias (e meses) seguintes ao julgamento .....	122
6.4 Legitimidade democrática da atuação do Supremo Tribunal Federal .....	128
6.4.1 A defesa substancialista da jurisdição constitucional: controle judicial da criminalização do aborto como medida de proteção e composição de direitos fundamentais consagrados na CF/1988 .....	129
6.4.2 A defesa procedimentalista da jurisdição constitucional: controle judicial da criminalização do aborto como garantia do procedimento democrático e dos direitos necessários ao seu desenvolvimento .....	132
6.4.3 A defesa deliberativa da jurisdição constitucional: controle judicial da criminalização do aborto em sede de julgamento não vinculante, sem repercussão geral, como incentivo e aprimoramento à deliberação pública do tema .....	139
6.5 Conclusão .....	144
Referências .....	145

## CAPÍTULO 7

### O TRATAMENTO SOCIAL DOS TRANSEXUAIS NO BRASIL

RODRIGO BRANDÃO .....	149
7.1 Introdução .....	149
7.2 A proteção legal aos transexuais ainda incipiente no Brasil. A superação do paradigma da patologização dos transexuais e a recente Resolução nº 1/2018, do Conselho Federal de Psicologia .....	152
7.3 O início do julgamento do Recurso Extraordinário nº 845.779 (tema nº 778 da repercussão geral – tratamento social e uso de banheiros por transexuais) .....	154
7.4 O Recurso Extraordinário nº 670.422 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275 (alteração do registro civil de transexuais) .....	156
7.5 Conclusão: cenário e perspectivas sobre a proteção aos direitos dos transexuais no Brasil .....	158
Referências .....	161

## CAPÍTULO 8

### O STF E O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: A TUTELA DE UMA MINORIA INVISÍVEL

CARINA LELLIS .....	163
8.1 Introdução .....	163
8.2 Breves notas a respeito da situação dos presídios brasileiros .....	165
8.3 Decisões do STF a respeito do sistema prisional .....	168
8.3.1 RE nº 592.581: possibilidade de o Poder Judiciário impor à Administração Pública realização de obras em presídios .....	168
8.3.2 ADPF nº 347: o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro .....	169
8.3.3 RE nº 580.252: o Estado tem o dever de indenizar os danos morais causados ao preso .....	171
8.3.4 RE nº 641.320/RS e Súmula Vinculante nº 56: o condenado não pode ser submetido a regime mais grave que o estabelecido na sentença .....	172
8.4 Conclusão .....	174
Referências .....	177

## CAPÍTULO 9

### RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS EM CONCURSOS PÚBLICOS: O POTENCIAL TRANSFORMADOR DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

LUÍSA LACERDA .....	179
9.1 Introdução .....	179

9.2	Ações afirmativas e o princípio da igualdade: da igualdade formal às políticas de diferença.....	181
9.3	Concurso público e princípio da eficiência: o elemento diversidade como reforço à representatividade das instituições .....	186
9.4	Proporcionalidade: cotas no ensino superior e a alegada dupla vantagem a seus beneficiários .....	187
9.5	Critérios de identificação dos beneficiários: autoidentificação ou heteroidentificação .....	190
9.6	Conclusão .....	191
	Referências .....	191

## CAPÍTULO 10

### A TEORIA DE TOGA: COMENTÁRIOS À ADI Nº 4.983

ALONSO FREIRE .....	193	
10.1	Introdução .....	193
10.2	O caso .....	194
10.3	Ética animal .....	196
10.4	Consideração das capacidades institucionais .....	198
10.5	Argumentos incompletamente teorizados .....	200
10.6	Proporcionalidade .....	205
10.7	Conclusões.....	207
	Referências .....	208

## CAPÍTULO 11

### ATÉ ONDE VAI O DIREITO DE PUNIR? NOTAS SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO DO PORTE E DO PLANTIO DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL

MARCELO COSTENARO CAVALI.....	209	
11.1	Ao Ministro Luís Roberto Barroso .....	209
11.2	O Poder Judiciário e os limites materiais do legislador penal.....	210
11.3	O papel do Supremo Tribunal Federal.....	211
11.4	O voto proferido no RE nº 635.659 e seu cotejo jurisprudencial e dogmático .....	212
11.5	Perspectivas .....	216
	Referências .....	219

## CAPÍTULO 12

### ESPERANÇA, SAÚDE E DIREITO: O CASO DA PÍLULA DO CÂNCER

CIRO GRYNBERG .....	221
Introdução .....	221
Palavra ao homenageado .....	221
Apresentação do tema .....	221
Parte I – A ordem constitucional da saúde .....	225
O sistema constitucional de saúde .....	225
As ponderações entre liberdade e igualdade na determinação do conceito jurídico de saúde .....	226
Parte II – O caso da Pílula do Câncer: o voto do Min. Luís Roberto Barroso na ADI nº 5.501.....	230
O direito à saúde, o regime de proteção de saúde e o uso de substância sem registro sanitário .....	230
A violação ao direito a saúde pela Lei nº 13.269/2016: a exigência constitucional de restrição à circulação de substâncias sem a realização de testes de segurança sanitária .....	234
Conclusão .....	234
Referências .....	236

## CAPÍTULO 13

### REGIME SUCESSÓRIO DAS UNIÕES ESTÁVEIS HETERO E HOMOAFETIVAS

LUIS FELIPE SAMPAIO .....	239	
13.1	Barroso no STF: cinco anos e muitas mudanças .....	239
13.2	Contextualização do tema e dos julgamentos .....	240
13.2.1	Circunstâncias demográfico-econômicas .....	240
13.2.2	Longo tempo de existência da controvérsia .....	242
13.2.3	Silêncio prolongado do STF sobre o tema .....	243
13.3	Análise dos votos condutores do julgamento dos recursos .....	243
13.3.1	Direito Sucessório, família, casamento e a Constituição de 1988.....	244
13.3.2	Idas e vindas da legislação infraconstitucional sobre sucessões.....	245
13.3.3	Diferenças entre entidades familiares e a proteção à segurança jurídica .....	246
13.3.4	Dignidade da pessoa humana, proporcionalidade, proibição de proteção deficiente e vedação ao retrocesso .....	248
13.4	Considerações finais.....	250
	Referências .....	250

## CAPÍTULO 14

### EXECUÇÃO DA PENA APÓS CONDENAÇÃO EM 2º GRAU

FABRÍCIO ANTONIO SOARES .....	251
14.1 Introdução .....	251
14.2 Princípio da presunção de inocência .....	251
14.3 A oscilação da jurisprudência do STF na matéria .....	252
14.3.1 De 1988 até 2009 .....	252
14.3.2 De 2009 até 2016 .....	254
14.3.3 De 2016 em diante .....	255
14.4 Voto do Relator Ministro Teori Zavascki no HC nº 126.292 .....	255
14.5 Voto do Min. Luís Roberto Barroso – fundamentos práticos .....	257
14.6 Mudanças na prescrição penal .....	258
14.7 Fundamentos jurídicos do voto do Ministro Barroso .....	259
14.8 As Ações Declaratórias de Constitucionalidade nº 43 e nº 44 e o art. 283 do CPP. Repercussão geral no ARE nº 964.246 .....	261
14.9 Critérios para análise pelo juiz de primeira instância .....	263
Referências .....	266

## CAPÍTULO 15

### O MANDADO DE SEGURANÇA Nº 34.448/DF E A PEC DO NOVO REGIME FISCAL

PEDRO HENRIQUE R. SALES .....	267
15.1 Introdução .....	267
15.2 A <i>ratio decidendi</i> do MS nº 34.448/DF .....	269
a) Linhas gerais do Novo Regime Fiscal .....	269
b) Os argumentos dos impetrantes .....	271
c) As diretrizes da decisão: refutações valorativas .....	272
d) As diretrizes da decisão: refutações normativas .....	274
15.3 Conclusão .....	275
Referências .....	276

## CAPÍTULO 16

### ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS (ADI Nº 4.439/DF): COMENTÁRIOS AO VOTO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO

THIAGO MAGALHÃES PIRES .....	279
16.1 O homenageado / introdução .....	279
16.2 A ADI nº 4.439/DF .....	280
16.3 O voto do Ministro Luís Roberto Barroso .....	281
16.4 Comentários ao voto .....	282
a) A volta dos que não foram: o art. 210, §1º, da Constituição .....	282
b) Exige-se um ensino religioso... que não seja religioso? .....	284
c) A exigência de neutralidade .....	287
d) A aplicação do princípio da laicidade .....	288
e) A solução possível .....	291
16.5 Conclusão .....	294
Referências .....	294

## CAPÍTULO 17

### A ADI Nº 4.481/PR E OS AVANÇOS NO COMBATE À GUERRA FISCAL

NINA PENCAK .....	297
17.1 Introdução: sobre o homenageado e a escolha do tema .....	297
17.2 O federalismo fiscal pós-1988 e a guerra fiscal de ICMS .....	298
17.3 A segurança jurídica dos contribuintes e a ADI nº 4.481/PR .....	302
17.4 Conclusão .....	306
Referências .....	307

## CAPÍTULO 18

### O PRAZO DECADENCIAL EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA – RE Nº 626.489. A PRIMEIRA RELATORIA DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NO PLENÁRIO DO STF

MARCELO LEONARDO TAVARES .....	309
18.1 Introdução .....	309
18.2 O caso .....	310
18.3 A afirmação da natureza fundamental do benefício previdenciário .....	312
18.4 A constitucionalidade da decadência para rever o ato concessório .....	313

18.5	A incidência do prazo nos benefícios concedidos anteriormente à vigência da MP nº 1.523-9/1997 .....	314
18.6	Conclusão .....	318

PARTE II  
**CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS RAMOS DO DIREITO**

CAPÍTULO 1

REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

ANDRE LUIZ SILVA ARAUJO.....	321
1.1 Introdução .....	321
1.2 O uso inadequado do <i>habeas corpus</i> .....	322
1.3 O combate à corrupção .....	325
Referências .....	331

CAPÍTULO 2

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: APORTES DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS PARA UM DIREITO TRIBUTÁRIO RENOVADO

MARCUS VINICIUS BARBOSA.....	333
2.1 Introdução .....	333
2.2 Aportes doutrinários.....	336
2.2.1 Constitucionalização do Direito.....	336
2.2.2 Constitucionalização do Direito Tributário.....	342
2.2.3 A contribuição teórica e prática do Ministro Luís Roberto Barroso para a Constitucionalização do Direito Tributário .....	346
2.3 Aportes jurisprudenciais .....	347
2.3.1 ADI nº 5.135: protesto de CDA.....	347
2.3.2 RE nº 723.651: IPI na importação por não contribuinte .....	352
2.3.3 ADIs nºs 2.390, 2.386, 2.397 e 2.856 e RE nº 601.314: sigilo bancário e administração tributária .....	359
2.4 Conclusão .....	363
Referências .....	363

CAPÍTULO 3

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF: CASOS EMBLEMÁTICOS JULGADOS APÓS O INGRESSO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NA CORTE

MARLUCE FLEURY FLORES.....	367
3.1 Introdução .....	367
3.2 O papel do juiz na constitucionalização do direito .....	368
3.3 Os casos emblemáticos em matéria de Direito de Administrativo julgados pelo STF nos últimos cinco anos.....	371
3.3.1 Quanto ao controle judicial dos atos administrativos e das políticas públicas.....	371
3.3.2 Quanto às controvérsias relativas a concursos públicos.....	373
3.3.3 Quanto às controvérsias relativas à responsabilidade civil do Estado.....	374
3.3.4 Quanto aos direitos dos servidores públicos.....	376
3.4 Conclusão .....	377
Referências .....	379

CAPÍTULO 4

ALGORITMO OU DESTINO: A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO A PARTIR DOS VOTOS DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO

TERESA MELO.....	381
4.1 Nota prévia.....	381
4.2 Introdução .....	382
4.3 Constitucionalização do Direito do Trabalho: a contribuição do Ministro Luís Roberto Barroso .....	384
4.4 Conclusão: o que está por vir.....	394
Referências .....	397

CAPÍTULO 5

A EXTRADIÇÃO Nº 1462/DF: O MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO E O DIREITO INTERNACIONAL

PAULO CESAR VILLELA SOUTO LOPES RODRIGUES .....	399
5.1 Introdução .....	399
5.1.1 A relação do Ministro Luís Roberto Barroso com o Direito Internacional .....	400
5.1.2 O direito da nacionalidade no quadro geral do Direito e como tema de Direito Internacional.....	401



5.2	O caso concreto examinado pela Primeira Turma.....	407
5.2.1	O Mandado de Segurança nº 33.864/DF.....	407
5.2.2	A Extradução nº 1462/DF.....	408
5.3	Conclusões.....	411
	Referências.....	411

### PARTE III

## MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### CAPÍTULO 1

#### O CARÁTER COMPARATIVO-DISCRICIONÁRIO DO JUÍZO DE REPERCUSSÃO GERAL: INEXIGIBILIDADE DE SUA MOTIVAÇÃO ANALÍTICA

FREDERICO MONTEDONIO REGO.....	415	
1.1	Nota prévia.....	415
1.2	O conceito ontológico de repercussão geral.....	416
1.3	A relevância inerente a todas as questões jurídicas.....	416
1.4	O caráter comparativo da repercussão geral.....	418
1.5	O papel construtivo do STF na definição do que tem repercussão geral.....	418
1.6	A inexigibilidade de motivação analítica para negar repercussão geral.....	419
1.7	O caráter inevitavelmente discricionário do juízo de repercussão geral.....	421
1.7.1	Discricionariedade vs. conceitos jurídicos indeterminados.....	422
1.7.2	Discricionariedade vs. vinculação.....	423
1.7.3	Conceitos normativos discricionários vs. cláusulas gerais (Engisch).....	424
1.8	O controle possível sobre o juízo discricionário de repercussão geral.....	426
1.9	Conclusão.....	429
	Referências.....	429

### CAPÍTULO 2

#### O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UM TRIBUNAL DE TESES

PATRÍCIA PERRONE CAMPOS MELLO.....	431	
2.1	Palavras iniciais: o Ministro e o Professor.....	431
2.2	Introdução.....	432
2.3	Os diferentes modelos colegiados de decisão.....	434
2.4	O modelo colegiado de decisão do Supremo Tribunal Federal.....	437
2.5	A introdução da votação das teses no STF.....	439
2.6	O encontro do STF com a teoria dos precedentes.....	442
2.7	Conclusão.....	445
	Referências.....	446

### CAPÍTULO 3

#### REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RAFAEL GAIA EDAIS PEPE.....	449	
3.1	Nota prévia: sobre o homenageado.....	449
3.2	Introdução.....	449
3.3	Parte I: Celeridade processual.....	451
3.4	Parte II: Dinâmica das sessões de julgamento do Plenário.....	454
3.5	Parte III: Excesso de litigiosidade.....	458
3.6	Conclusão.....	460
	Referências.....	461

SOBRE OS AUTORES.....	463
-----------------------	-----